

Despacho (extracto) n.º 13807/2008

Por despacho de 05 de Maio de 2008, Maria Elisabete da Silva Pires Gonçalves Pereira, Toribia de Jesus Bridy da Cancela, Helena Maria da Silva Guerreiro, Lara Cristina Marques Ramusga e António Fernando de Castro Torres, técnicos superiores de 1.ª classe, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal do ex-Instituto da Cooperação Portuguesa e Vera Alexandra Ferreira de Brito, técnica superior de 1.ª classe, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Registos e do Notariado, nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos superiores principais, da carreira técnica superior, de dotação global, do quadro de pessoal do ex-Instituto da Cooperação Portuguesa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 41.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 07 de Dezembro, artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 184/89 de 26 de Junho, conjugado com o artigo 117.º n.º 6 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e alínea c) do artigo 114.º do Decreto-Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, ficando todos posicionados no escalão 1, índice 510, da respectiva categoria e carreira. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

5 de Maio de 2008. — O Vice-Presidente, *Artur Lami*.

Rectificação n.º 1102/2008

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República* parte C, 2.ª série, n.º 66, de 03 de Abril de 2008, o despacho (extracto) n.º 9720/2008, rectifica-se: onde se lê “sendo ambas posicionadas no escalão 01, índice 222, da categoria de assistente administrativo principal”, deve ler-se “sendo posicionadas respectivamente, no escalão 2, índice 233 e escalão 1, índice 222, da categoria de assistente administrativo principal”.

5 de Maio de 2008. — O Vice-Presidente, *Artur Lami*.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Despacho n.º 13808/2008**

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, e do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 381/97, de 30 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 22/98, de 12 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 162/2006, de 8 de Agosto, determina-se a criação do Consulado Honorário de Portugal em Port-au-Prince, dependente da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Havana, com jurisdição sobre o território do Haiti.

23 de Abril de 2008. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA DEFESA NACIONAL**Despacho n.º 13809/2008**

Considerando que Margarida Maria Almeida Pedroso Morais Costa, assessora principal do quadro da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED) do Ministério da Defesa Nacional, solicitou autorização, nos termos das alíneas e) do n.º 1 do artigo 73.º e b) do n.º 1 do artigo 89.º, ambos do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, para a concessão de licença sem vencimento, pelo período de três anos, para o exercício de funções em organismo internacional, mais concretamente de Senior Officer for Defence Market, na Direcção de Indústria e Mercado da Agência Europeia de Defesa (EDA);

Considerando que não há inconveniente para o serviço, nem a DGAED é onerada com quaisquer despesas quanto à concessão deste tipo de licença;

Considerando que o exercício de funções, por um funcionário da DGAED, em organismo internacional é do interesse público e prestígio o Ministério da Defesa Nacional, sendo também uma valorização profissional para a funcionária em causa;

Considerando, por último, que, nos termos do n.º 1 do artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, o despacho de concessão de licença sem vencimento para exercício de funções em organismo internacional é da competência conjunta dos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional:

É autorizada a concessão de licença sem vencimento para o exercício de funções em organismo internacional a Margarida Maria Almeida Pe-

droso Morais Costa, assessora principal do quadro da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED), com início em 1 de Maio de 2006 e com a duração de três anos, a qual poderá ser prorrogada pelo período máximo de dois anos.

8 de Abril de 2008. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Portaria n.º 514/2008

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do general Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 1.º, n.º 3, alínea a), 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de Novembro, nomear o capitão-tenente fuzileiro (22286) Rogério Paulo Figueira Martins de Brito para o cargo TB23 — Staff Officer Expeditionary OPS no Combined Joint Operations From the Sea Centre of Excellence (CJOS COE), em Norfolk, Estados Unidos da América, em substituição do capitão-tenente fuzileiro (20886) Mário Rui Gomes Tavares, que fica exonerado do cargo F-CJ-521 — Assistant Policy and Doctrine no Estado-Maior do Comando da Força de Intervenção do Atlântico (COMSTRIKFLANT), em Norfolk, Estados Unidos da América, pela presente portaria na data em que o oficial agora nomeado assumia funções.

Nos termos do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste o decurso normal da mesma.

A presente portaria produz efeitos a partir de 4 de Abril de 2008. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

8 de Abril de 2008. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Direcção-Geral dos Impostos****Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos****Aviso (extracto) n.º 15234/2008**

Por despachos da Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos, e do Conselho de Administração do Hospital de S. João, E.P.E., de 2008.03.25 e 2008.04.17, respectivamente foi autorizada a prorrogação da requisição da assistente administrativa, Joana Filipa Pereira Pinto, do quadro de pessoal Hospital de S. João E.P.E., com efeitos a 01 de Maio de 2008, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral com afectação à Direcção de Finanças do Porto, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro.

7 de Maio de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS**Portaria n.º 515/2008**

Desde 2003 que o ex-Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA) recorria a entidades externas para a prestação de serviços de impressão, envelopagem e expedição de documentação personalizada, dada, sobretudo, a inexistência de equipamento adequado para o efeito naquele Instituto, face ao seu volume de expediente.

Verificando-se que o Instituto de Financiamento da Agricultura e das Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), sucessor do INGA, expede em média, anualmente, 1 200 000 ofícios, torna-se economicamente mais vantajosa a contratação de empresas especializadas para a realização do referido serviço, detentoras do equipamento adequado, designadamente pelo facto de a aquisição, por esse Instituto, do equipamento imprescindível se revelar uma opção mais onerosa.

Assim, torna-se necessário proceder à abertura de um concurso público para a aquisição daquela prestação de serviços.

Estimando-se que o valor anual da respectiva despesa ascenda a € 450 000, devendo esse valor ser repartido por dois anos económicos, torna-se necessário proceder à publicação da presente portaria de extensão de encargos.

Nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do mesmo decreto-lei, a presente aquisição carece de prévia autorização conferida através de portaria, uma vez que a despesa irá dar lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

Artigo 1.º

Fica o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP), autorizado a efectuar a repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de impressão, envelopagem e expedição de documentação personalizada da seguinte forma:

2008 — 225 000 euros;
2009 — 225 000 euros.

Artigo 2.º

Ao referido montante acrescerá IVA à taxa legal que vigorar.

Artigo 3.º

Fica ainda o IFAP autorizado, se tal se mostrar necessário, a transferir os eventuais saldos de 2008 para 2009.

8 de Abril de 2008. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*, Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 516/2008

Portugal, como membro das Nações Unidas, tem satisfeito os compromissos internacionais assumidos no âmbito militar, participando, nomeadamente, em missões humanitárias e de paz, nos termos do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro, comprometendo-se a contribuir para o reforço da United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL), por deliberação do Conselho Superior de Defesa Nacional, de 30 de Agosto de 2006.

A situação que presentemente se vive no Líbano levou as Nações Unidas a solicitar o emprego da EUOMARFOR (EMF) em apoio da operação UNIFIL, estando previsto que a EMF TG (CGEM) assuma o Comando da UNIFIL Maritime Task Force — MTF 448. A activação desta medida irá decorrer sob a égide da ONU — UNSCR 1701 (2006) e 1773 (2007), sendo esta última respeitante à extensão do mandato da UNIFIL até 31 de Agosto de 2008.

A Assembleia da República é informada nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 46/2003, de 22 de Agosto.

Ao abrigo do disposto nos artigos 41.º, n.º 1, 44.º, n.º 1, e n.º 2, alínea *d*), da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, e nos termos do artigo 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1.º Autorizar o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com vista ao reforço da participação militar portuguesa na missão UNIFIL, no Líbano, a aprontar e empregar um oficial da Marinha para o Comando da Força Naval da EUOMARFOR.

2.º A duração da missão será de seis meses, prorrogável por iguais períodos enquanto se mantiver a condição que deu origem à mesma.

3.º De acordo com o n.º 5 da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1999, os militares que integram o contingente nacional desempenham funções em país de classe C.

4.º A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Março de 2008.

1 de Abril de 2008. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Secretaria-Geral

Louvor n.º 402/2008

Louvo o Primeiro-Sargento NIM 266187, José António Pacheco de Matos, pela elevada competência, dedicação e desembaraço que vem demonstrando no exercício das funções que lhe têm sido cometidas ao longo de cerca de 4 anos no Grupo de Trabalho dos Arquivos da Defesa Nacional (GTADN).

Mesmo sem formação específica na área do tratamento de fundos arquivísticos, sempre demonstrou muito interesse e disponibilidade no desenvolvimento dos seus conhecimentos, tornando-se, em pouco tempo, um conhecedor habilitado a fazer descrições dos documentos existentes.

Promovendo excelentes relações humanas que o referenciam como um militar exemplar, com realce para o apoio que tem dado aos investigadores que procuram neste arquivo a documentação de que necessitam, pesquisando, por vezes, até à exaustão, demonstrando muita disponibilidade e elevado brio profissional como encara as suas funções, o que o credita como um excelente elemento de trabalho em grupo.

Militar muito disciplinado, dinâmico, com excelentes dotes de carácter, praticando em elevado grau a virtude da lealdade, espírito de obediência e aptidão de bem servir nas diferentes circunstâncias, o Primeiro Sargento JOSÉ DE MATOS é merecedor de que os serviços por si prestados sejam considerados de elevado mérito.

30 de Abril de 2008. — O Secretário-Geral, *Luís Augusto Sequeira*.

Louvor n.º 403/2008

Louvo o sargento-ajudante (NIP 059701-F) António Rosa André pela forma muito competente, responsável e eficiente como vem cumprindo ao longo de cerca de 3 anos, as suas funções no grupo de trabalho dos arquivos da defesa nacional (GTADN).

Com os seus conhecimentos técnicos na área da informática foi possível atingir elevados padrões de desempenho tanto na rede informática e na manutenção dos equipamentos como na melhoria de métodos de trabalho de inserção de dados.

São, ainda, de realçar a sua notável acção de pesquisa de documentos, permitindo assim satisfazer os variados investigadores que aqui se deslocam para os consultar, e o seu dinamismo e espírito de sacrifício e de voluntariedade na selecção de documentos para a constituição das variadas séries documentais, constituindo-se, assim, um ótimo colaborador e prestimoso auxiliar dos seus chefes.

Militar de excepcionais qualidades e virtudes militares, de extrema correcção e educação, muito disciplinado e disciplinador, manifestou sempre em todos os seus actos, lealdade, espírito de obediência, dotes de carácter e aptidão de bem servir nas diferentes circunstâncias.

Por todas as qualidades apontadas é o sargento-ajudante António André merecedor de ser distinguido publicamente e que os seus serviços prestados neste GTADN sejam considerados relevantes e de muito mérito.

30 de Abril de 2008. — O Secretário-Geral, *Luís Augusto Sequeira*.

Louvor n.º 404/2008

Louvo o major do Serviço Geral do Exército NIM 05674379, Valdemar Luís Guedes, pela forma extremamente competente e dedicada como vem desempenhando, há cerca de 10 anos, as funções que lhe estão atribuídas na Divisão de Estatística e Análise Financeira da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

Oficial muito metódico e extraordinariamente dedicado ao serviço, tem-se ocupado particularmente da área da estatística, nomeadamente na elaboração do anuário estatístico da Defesa Nacional, no qual o major Guedes tem produzido um trabalho de excelente qualidade na consolidação dos dados estatísticos fornecidos pelos diversos membros do grupo de trabalho de estatística, lutando contra a exiguidade do tempo e sacrificando a sua vida pessoal para que o produto final estivesse concluído dentro do prazo estabelecido e sem reparos.

Como interlocutor da Secretaria-Geral para os assuntos financeiros das *Defense Planning Questions (DPQ)* da NATO, tem demonstrado uma enorme capacidade de trabalho, exemplar competência profissional, grande espírito de sacrifício e um sentido do dever notável, contribuindo decisivamente nas reuniões internacionais, para uma imagem muito favorável da Defesa Nacional.

Como adjunto do oficial de segurança da Secretaria-Geral, o major Guedes foi rigoroso, responsável e dedicado, tornando-se num elemento importante na boa aplicação das normas de segurança do edifício, o que sempre fez com elevado sentido de missão.

Militar íntegro, disciplinado e disciplinador, pautando sempre a sua conduta pela prática permanente das virtudes militares e da ética pro-